



SOCIEDADE

Senado aprova PL que criminaliza misoginia

Substitutivo da senadora Soraya Thronicke equipara as manifestações de ódio às mulheres a racismo. Numa semana que começou com dois feminicídios de repercussão nacional, texto passa com 67 votos a favor e nenhum contra e segue para análise da Câmara

» FABIO GRECCHI
» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

Carlos Moura/Agência Senado



Senadoras Soraya, Teresa Leitão (PT-PE) e Ana Paula se abraçam com a aprovação do PL. Em 2025, foram mais de 1,4 mil registros de feminicídios no país

O Senado aprovou, ontem, o projeto de lei que criminaliza a misoginia e equipara a prática de ódio às mulheres ao crime de racismo — cuja pena é de dois a cinco anos de prisão, além de multa. O substitutivo da senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS), aprovado com 67 votos a favor e nenhum contra, segue para análise da Câmara.

Segundo a relatora, países como França, Argentina e Reino Unido dispõem de leis de combate à misoginia. Ela lembrou que, somente em 2025, houve quase 7 mil vítimas de tentativas de feminicídio no Brasil. “O projeto é para proteger a família e a dignidade e a liberdade das mulheres. A aprovação do projeto responde a uma realidade urgente. O ódio às mulheres não é abstrato: é estruturado, é crescente e ceifa vidas todos os dias”, afirmou Soraya, alertando, ainda, para a ameaça representada pelos chamados red pills, que incentivam o ódio às mulheres, frequentemente por meio da internet.

O Projeto de Lei (PL) 896/23, de autoria da senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA), ocorreu num contexto em que se avolumam os casos de feminicídio no Brasil. Somente no ano passado, foram 1.470 registros, segundo informações do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

“Não odiamos os homens nem somos contra a família. Somos a favor das mulheres, que estão pedindo socorro. Agora, existe uma resposta clara do Estado brasileiro. É o Senado dizendo que a misoginia tem consequências”, frisou Ana Paula.

Para a senadora Leila Barros (PDT-DF), o PL reconhece a realidade da violência enfrentada pelas mulheres — “uma doença que se instalou dentro da sociedade”, definiu.

O senador Alessandro Vieira (MDB-SE) disse que a misoginia é um problema crescente e mundial. Já o senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) afirmou que “o projeto é a favor da família, pois não existe família sem a mãe de família”.



O projeto é para proteger a família e a dignidade e a liberdade das mulheres. O ódio às mulheres não é abstrato: é estruturado, é crescente e ceifa vidas todos os dias”

Senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS)

Recife e Vitória

Aliás, a semana começou com mais dois feminicídios de repercussão nacional. Em Vitória, a comandante da Guarda Municipal da capital capixaba, Dayse Barbosa, foi morta a tiros na madrugada de segunda-feira, no bairro Caratoira, pelo namorado dela, o policial rodoviário federal Diego Oliveira de Souza, que, em seguida, tirou a própria vida. Em Recife, o empresário Silvio Souza Silva matou a ex-companheira, Isabel Cristina Oliveira dos Santos e também se suicidou.

No caso de Dayse, mãe de uma menina de oito anos, o crime ocorreu dentro da residência da comandante. A perícia encontrou sinais de arrombamento na

porta que dá acesso ao quarto e indícios de planejamento por parte de Diego.

Sobre Isabel Cristina, a morte foi o fim, segundo parentes dela, de uma relação marcada por desentendimentos frequentes. Ela tinha uma medida protetiva contra o empresário, mas ele continuava frequentando o imóvel do casal, na Torre 9 do condomínio Le Parc, na capital pernambucana. A irmã e a cunhada da vítima estavam com a filha do casal no momento do crime e foram as primeiras a encontrar os corpos.

Em 18 de março, o tenente-coronel da Polícia Militar de São Paulo Geraldo Leite Rosa Neto foi preso pelo assassinato da mulher, a PM Gisele Alves



Não odiamos os homens nem somos contra a família. Somos a favor das mulheres, que estão pedindo socorro. É o Senado dizendo que a misoginia tem consequências”

Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA)

» Enquadrados no Decreto Orelha

Os seis homens presos pelo espancamento de uma capivara na Ilha do Governador, Zona Norte do Rio de Janeiro, foram enquadrados no Decreto Cão Orelha e terão de pagar, cada um, multa de R\$ 20 mil por maltratar o animal. É a primeira vez que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) aplica a nova norma, aprovada depois da morte do cão comunitário na Praia Brava, em Florianópolis (SC), em 4 de janeiro, vítima de agressões. O ataque à capivara foi registrado por câmeras de segurança na madrugada do dia 21. As prisões em flagrante de Isaías Melquiades Barros da Silva, José Renato Beserra da Silva, Matheus Henrique Teodosio, Paulo Henrique Souza Santana, Pedro Eduardo Rodrigues e Wagner da Silva Bernardo foram convertidas em preventiva na audiência de custódia.

Santana. Ela foi encontrada morta em 18 de fevereiro, no apartamento onde morava, no Brás, na região central de São Paulo. O caso foi inicialmente registrado como suicídio, com base na versão apresentada pelo oficial no boletim de ocorrência. A defesa de Geraldo nega que ele tenha matado a mulher.

O estado de São Paulo registrou um recorde de feminicídios em janeiro de 2026. Conforme dados da Secretaria da Segurança Pública (SSP-SP), foram 27 casos no mês, cerca de um por dia ou um a cada 27,5 horas. Na comparação com o mesmo período nos anos anteriores, os dados deste ano ultrapassam janeiro de 2024, quando o território paulista somou 25 feminicídios ao todo.



ALEXANDRE GARCIA

VEJO E REVEJO QUE A IMPUNIDADE ESTIMULA A CORRUPÇÃO E QUE, NA HORA DO VOTO QUE PODE EXTIRPAR O MAL E ELEGER O BEM, OS ADULTOS NÃO CONSEGUEM DISTINGUIR A DIFERENÇA. PODERIAM TER O OLHAR DE CRIANÇA, QUE TEM O DOM DE PERCEBER

Crianças e adultos

O ex-presidente Jair Bolsonaro poderá ir para casa quando o hospital o dispensar. Lá, ficará preso por pelo menos 90 dias, pela condenação de 27 anos e três meses por tentativa de golpe de Estado. Quem festeja o alívio na prisão é realista, mas embarca numa nuvem que encobre a realidade. As ilegalidades de não ter o juízo natural, o devido processo legal, o amplo direito de defesa — mesmo sem entrar nos fatos julgados —, mostram que o Supremo Tribunal Federal agiu como pregava o ministro aposentado Luís Roberto Barroso: tribunal político. Uma época que ainda espera um acerto com o direito, a Justiça e a história. Embora seja uma notícia relevante do ponto de vista humanitário, a decisão de prisão em casa

não pode abafar a eloquência dos documentos e fatos que envolvem juízes que julgaram Bolsonaro, principalmente o gritante contrato de R\$ 129 milhões e os aportes de milhões no resort Tayayá.

Uma criança de sete anos consegue ver os fatos com mais clareza que um adulto. Quanto mais vividos, mais nos metemos num brete que vai nos limitando, pondo-nos antolhos, como nos cavalos de tração. São as convenções, os costumes, os respeitos, as etiquetas. Uma criança que soubesse que um escritório de advocacia da família de um juiz influente fora contratado por R\$ 129 milhões, logo concluiria que, no mesmo dia em que se revelou o acordo com o Banco Master, o juiz deveria renunciar, a menos que sua família

tivesse ocultando dele o compromisso, exposto pela jornalista Malu Gaspar em 9 de dezembro. Mas, para a rotina do Supremo, isso nada mudou. E o juiz continua decidindo, como agora na prisão domiciliar. E assim cambaleia o Brasil adulto, carecendo da visão clara e simples de uma criança.

A menininha, curiosa, perguntaria se o melhor advogado do Brasil receberia um contrato de R\$ 3,6 milhões mensais em honorários. O menino indagaria se o escritório não fosse da família de ministro do Supremo teria o contrato milionário? E se o Tayayá — que não é uma joia caribenha — não fosse de Dias Toffoli, teria aportes de R\$ 35 milhões do Master, de R\$ 25 milhões da J&F? Se Guido Mantega não fosse liga-

do ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e indicado pelo senador Jacques Wagner (PT-BA), seria contratado pelo Master por R\$ 1 milhão por mês?

Se o Master não fosse amigo dos governadores do PT da Bahia, teria exclusividade no CredCesta? Se Ricardo Lewandowski não tivesse sido ministro do Supremo, seu escritório teria consultoria de R\$ 5 milhões do Master?

Se Nunes Marques não fosse ministro do Supremo, sua irmã, seu filho e a Consult teriam recebido do Master e da J&F R\$ 18 milhões? Se Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, não fosse filho do presidente teria aportes de Roberta Luchsinger e da agência de viagens Vulcano? Crianças logo desconfiariam da compra do Mas-

ter pelo BRB ou sobre fundos de aposentadoria aplicados no Master. Presentes de Papai Noel?

Se a uma criança fosse permitido saber mais de festas em Trancoso ou degustações étlicas em Londres, certamente perguntaria se foram de aniversário. Não foram. O objetivo era apenas criar intimidade via promiscuidade, como se consegue também ofertando jatinhos e eventos com tudo pago em lugares atrativos do mundo. Estamos diante de fatos claros para uma criança, mas ainda na expectativa de ver tudo, pois estamos submetidos aos antolhos da hipocrisia. Já fica claro para uma criança, mas nós, adultos, em respeito à vida num Estado organizado, esperamos a investigação, as provas, as confissões, as

denúncias e os julgamentos.

As imagens das festas vorcarias estão sob sigilo. É justo, pois há crianças na sala. Mas não é justo que representados não saibam como se comportam seus representantes e seus servidores. Nesses 50 anos de Brasília, vejo e revejo que a impunidade estimula a corrupção e que, na hora do voto que pode extirpar o mal e eleger o bem, os adultos não conseguem distinguir a diferença. Poderiam ter o olhar de criança, que tem o dom de perceber. Não foram as crianças que elegeram e escolheram os que estão no elenco desse teatro trágico do Master, que está em cartaz no ano eleitoral. Os adultos, portanto, é que terão oportunidade de repetir os erros ou mostrar arrependimento.